

11 NOV 1997

ZETAM

DISTRITO

novembro de 1997

ZETAM MERCANTIL

GDF quer tratamento especial por parte do Governo da União

Mauro Zanatta
de Brasília

O pacote de ajuste fiscal anunciado pelo governo federal atinge o principal projeto de desenvolvimento do governo do Distrito Federal: a política de incentivos fiscais para a atração de indústrias de alta tecnologia. Segundo o secretário da Indústria e Comércio, Tom Rebello, o pacote fiscal estraçalha a política industrial do DF. O governo federal propõe a redução nas isenções de impostos - a chamada renúncia fiscal.

O Plano de Apoio ao Desenvolvimento Econômico e Social (Pades), o principal projeto de incentivo fiscal do GDF, preconiza a ampliação do prazo de financiamento de 70% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) de cinco para 14 anos, a isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), além da cessão de uso de terrenos por 30 anos, renováveis pelo mesmo período.

Com a iniciativa do governo federal, a negociação para facilitar o financiamento do ICMS fica prejudicada. "Temos várias empresas grandes querendo se

instalar no DF. Com esse pacote elas devem fugir", diz Rebello. "Se o governo federal não baixar medidas compensatórias para incentivar as indústrias de alta tecnologia, vamos entrar numa recessão brava. Afinal, com a demissão de 33 mil servidores públicos, a cidade sofrerá esse impacto desde já", afirma.

A equipe econômica do governo federal diz que no decorrer da semana acoplará medidas complementares ao pacote anunciado ontem. Rebello espera que haja uma diferenciação entre o DF e as demais unidades da federação. "Somos diferentes porque dependemos dos repasses da União. Por isso, precisamos ser tratados de forma diferente quando existem medidas de alcance nacional", reclama Rebello.

O corte de incentivos fiscais proposto pela equipe econômica do governo federal chega a R\$ 5 bilhões. A medida, considerada a mais importante do pacote, prevê redução linear de todos os incentivos setoriais e regionais, inclusive para a área de informática. Para 1998, estavam calculados incentivos de R\$ 17,3 bilhões, segundo a equipe econômica.

(Cont. Pág. 3)

GDF quer
tratamento
especial por
parte do...

Mauro Zanatta
de Brasília

(Continuação da Primeira Página)

O GDF pinta um quadro ainda mais complicado por conta do aumento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) - cinco pontos sobre as alíquotas anteriores para veículos e 10% sobre a taxa anterior para bebidas alcoólicas. "Esse aumento nas alíquotas do IPI desaquecem o consumo e reduzem sensivelmente a arrecadação do ICMS", diz Swedenberg Barbosa, secretário de governo.

O ICMS é segunda maior fonte de receita do DF. Perde apenas para os repasses da União. O imposto é utilizado para o pagamento dos servidores da administração direta.

Pior do que reduzir a arrecadação de ICMS do GDF seria, segundo Barbosa, retaliar as 10 emendas coletivas que prevêem R\$ 325 milhões para o DF em 1998. "Aí, seria o caos governamental. Por enquanto, ele está apenas adiado para 1998", reclama.

O GDF acredita que está fazendo sua parte no protocolo de intenções assinado em setembro deste ano com o governo federal. "Demonstramos nossa disposição de acertar as contas quando enxugamos BRB e Terracap, além da extinção de empresas onerosas como SAB, Ceasa e Emater", diz Barbosa.

O governador Cristovam Buarque passou o dia analisando as medidas do pacote fiscal e determinou à secretaria de Fazenda uma análise mais minuciosa sobre o impacto na economia local.